

CADEIA PRODUTIVA LITEIRA COMO AGENTE DE DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA TERCEIRA FEIRA DO LEITE DE IGUATEMI (MS)

Gilson Carlos Visú¹

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Mestrando em Geografia

gilsonvisu@yahoo.com.br

RESUMO: O desenvolvimento de lugares com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) de modo territorial é uma meta do Programa Territórios da Cidadania. A Feira do Leite de Iguatemi (MS) em sua terceira edição serve como base para analisarmos como o incentivo a cadeia produtiva leiteira alterou a configuração da produção leiteira no extremo sul de Mato Grosso do Sul. Através de um trabalho de campo foi possível tecermos considerações sobre o incentivo à cadeia produtiva leiteira no Território Cone Sul (MS) com o objetivo de levantarmos os instrumentos de dinamização econômica que norteiam o desenvolvimento territorial de acordo a proposta que o governo defende para o referido programa.

PALAVRAS-CHAVES: Feira do Leite; Cadeia produtiva de leite; Desenvolvimento Territorial.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se de uma pesquisa de campo realizada para dar suporte ao projeto de investigação, em nível de mestrado, intitulado “Territórios da Cidadania na Região Cone Sul (MS): Diretrizes, instrumentos e repercussões espaciais”, proposto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD).

A delimitação espacial da pesquisa é o Território Cone Sul² (MS), vinculado ao Programa Territórios da Cidadania (PTC), sendo que a 3ª Feira do Leite é um evento que

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG – da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Integrante do Laboratório de Planejamento Regional – LAPLAN. E-mail: gilsonvisu@yahoo.com.br.

² Segundo o PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Cone Sul (2011), insere-se no ecossistema de mata atlântica em transição com o cerrado, formado por oito

ocorreu neste “território”, no município de Iguatemi (MS). Esta reflexão tem como objetivo refletir a proposta do evento como uma feira chamada “territorial” por meio da realização de entrevistas e diálogos e observação.

O Programa Territórios da Cidadania é criado como política governamental e enfatiza a promoção do desenvolvimento de forma territorial. Envolve 22 ministérios do Governo Federal e os estados e municípios em todo o país. O objetivo é a promoção de espraiamento do desenvolvimento socioeconômico, através dos fluxos que percorrem os territórios³, criados com a finalidade de promover uma descentralização política, na qual os sujeitos de um determinado território possam ter voz quanto ao destino dos lugares a que pertencem.

A proposta da 3ª Feira do Leite é de promover uma ação territorial em torno da cadeia produtiva do leite. Esta proposta alia-se aos propósitos do Programa Territórios da Cidadania que visa o desenvolvimento territorial de lugares com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

1 – PANORAMA DA III FEIRA DO LEITE

A necessidade de incentivo à cadeia produtiva leiteira no Território Cone Sul (MS) esta relacionada ao rearranjo espacial ocorrido nas duas últimas décadas fruto da política de reforma agrária impressa pelo governo federal. No Mato Grosso do Sul há um expressivo número de assentamentos que modificou a ocupação e produção do espaço. Trata-se de compreender a diversificação da produção, dominado pela criação de gado e grãos, além do cultivo de cana-de-açúcar.

Porém, não se trata de situação simples e definida. Os atuais produtores oriundos da reforma agrária possuem dificuldades em produzir e comercializar os seus produtos em seus municípios, isto por conta do baixo dinamismo econômico da maioria deles e das dificuldades iniciais que as famílias sofrem ao retomarem para o campo.

O foco na cadeia produtiva leiteira surge como proposta para atenuar tais problemas e promover uma renda maior às famílias que ocupam estes sítios espalhados nos oito municípios que compõem o Território Cone Sul. Ao mesmo tempo, coincide com a política dos Arranjos

municípios, sendo eles, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru, dos quais três municípios (Japorã, Mundo Novo e Sete Quedas) fazem fronteiras pela linha internacional com o país vizinho, o Paraguai. Sua extensão territorial é de 12.733 Km² e a população é de 137.428 habitantes. (BRASIL. MDA. PTDRS/Território Cone Sul, 2011, pág. 15)

³ A proposta de focar o desenvolvimento em territórios e não em regiões é novo modelo de política utilizando os conceitos de território. “Busca utilizar a noção de território como lócus espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação Estado e sociedade” (DELAGADO et al; 2007, pág. 6).

Produtivos Locais (APLs⁴) planejados pelo Programa Territórios da Cidadania. Por isso, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS (2011):

“a bovinocultura leiteira se consolidou na principal cadeia produtiva de base econômica na agricultura familiar, estando presente em 91,5% das propriedades do Território e representa mais de 80% de entrada de renda na economia doméstica deste grupo”. (BRASIL. MDA. PTDRS/Território Cone Sul, 2011, pág. 55).

A terceira edição da Feira do Leite ocorreu através de uma parceria entre a prefeitura municipal de Iguatemi e o Colegiado do Território Cone Sul. Houve parceria com empresas agropecuárias, que ministraram “cursos”⁵ aos participantes⁶. Na abertura da feira várias “autoridades” discursaram sobre o evento, conforme a representação da fotografia abaixo (foto 01):

FOTO 01: Discursos de abertura da 3ª Feira do Leite



Fonte: Gilson Carlos Visú (2011).

⁴ Para Emílio Rafael Poletto “os APLs podem ser designados como aglomerações e agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades do setor produtivo e que apresentam vínculos expressivos de interações, cooperação e aprendizagem. Os APLs geralmente incluem empresas, que são aquelas que produzem os bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, vendedoras, clientes, cooperativas, associações e representações”. (POLETTTO, 2009, pág. 66)

⁵ As empresas que ministraram cursos, na verdade demonstraram seus produtos em meio a palestras. Por exemplo: uma palestra sobre controle de parasitas no gado leiteiro. Logicamente, a proposta principal era de divulgar e vender produtos.

⁶ Os participantes, na maioria, eram famílias assentadas que praticam a agricultura familiar.

No salão principal da feira foi instalado um “*stand*” para que cada município integrante do Território Cone Sul pudesse demonstrar as “boas práticas” desenvolvidas pelos produtores que participam das ações da política territorial, em cada um dos 8 municípios que integram o referido território.

O fomento aos arranjos territoriais como a cadeia produtiva do leite é uma forma do Governo Federal aliar a vocação do local às políticas de dinamização da atividade, incorporadas a uma política maior que é promover o desenvolvimento territorial. Esse desenvolvimento está baseado no conceito de território, assim seria um desenvolvimento interligado, com ações conjuntas, com várias interseções entre os sujeitos integrados em dado território. Estima-se que tal desenvolvimento seja sustentável por não ter uma característica estática, ao contrário, é pensado dinamicamente para envolver atores que compõem o próprio território.

Ao comentar sobre a III Feira do Leite, o entrevistado B1⁷, participante do poder público local, argumentou que:

quando foi sugerido pra nós esta feira a proposta é que existia essa idéia da feira do Leite, então nós já compramos a idéia pronta, mas depois que gente passa a conhecer a realidade da maioria dos assentamentos da agricultura familiar, eu acho que ela veio com o nome correto mesmo, porque a base da agricultura familiar é o leite. Então a partir do leite que gente tem que buscar a diversidade de produtos agrícolas dentro da propriedade. Mas hoje se você for nos assentamentos, 90% depende exclusivamente do leite, então nada melhor do que você tecnificar esta produtividade, pra poder depois você diversificar (Entrevista em 03/12/2011 – Iguatemi - MS).

Pelo exposto é possível afirmar que a Feira do Leite não surgiu de uma iniciativa local, mas sim de uma orientação de fora, neste caso do Programa Territórios da Cidadania. A escolha da cadeia produtiva do leite para o Território Cone Sul já estava feita, a Feira do Leite surge então como mecanismo para dinamizar a produção leiteira.

Assim, a proposta da Feira do Leite como um evento territorial e com foco na cadeia produtiva leiteira envolveria vários municípios vizinhos para somar força e dinamizar a produção leiteira. A referida feira é vinculada ao Programa Territórios da Cidadania, na qual objetiva dinamizar economicamente o Território Cone Sul (MS).

O entrevistado C1, representante do Governo Federal, ao ser perguntado sobre a importância da feira, argumentou que:

⁷ No decorrer deste artigo adota-se a seguinte nomenclatura aos entrevistados: A = assentados através de programas de reforma agrária; B: membros do Colegiado Territorial e participantes do poder público; C: participantes ligados ao Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

a importância é pela questão da divulgação, por exemplo, mostrar os territórios, o público inserido ele tem suas boas práticas, por exemplo, as pessoas trazendo melancia, doces, artesanatos, você tem diversas coisas, isso é importante e acho que os territórios deviam fazer isso mais vezes, para poder divulgar as questões que estão sendo feitas, não no sentido apenas de mostrar, mas fazer com que as pessoas do município conheçam estes produtos, (...) para promover a auto-estima e a integração do rural com o urbano (Entrevista em 03/12/2011 – Iguatemi - MS).

A 3ª Feira do Leite seria uma espécie de vitrine para divulgar as ações do Programa Territórios da Cidadania, especificamente divulgar o Território Cone Sul. O entrevistado C1 defende que ações como a feira sejam feitas “mais vezes” para propagar a idéia da agricultura familiar. Ações deste tipo possibilitariam maior “integração” entre campo e cidade.

Sobre os aspectos gerais da feira, um representante do colegiado territorial, o entrevistado B2, relatou que:

na primeira feira era mais de Iguatemi mesmo, embora o pessoal que coordenou a feira, fez questão que os municípios viessem para começar a discutir esta questão da feira territorial do leite, ela pegou um corpo maior com relação ao território a partir de 2010, ali então que se teve um esforço maior para tentar trazer as experiências para o território, de outros municípios, e agora esta 3ª Feira que tem um pouquinho mais de representatividade das boas coisas que a agricultura familiar produz aqui, mas falta muita coisa ainda (Entrevista em 03/12/2011 – Iguatemi - MS).

Segundo o exposto, é possível perceber que foi e esta sendo feito um esforço para que a feira tenha uma amplitude territorial. Os esforços maiores provavelmente são aliar o projeto proposto pelos programas do governo federal, de promover algumas cadeias produtivas, às características locais para executar as ações que viabilizem a produtividade e o desenvolvimento local de forma territorial.

A feira do leite parece ser uma das iniciativas principais para dinamizar a cadeia produtiva leiteira. No entanto se faz necessário refletir se realmente a influência da feira se expande territorialmente ou limita-se a agir nas cercanias do município de Iguatemi (MS).

Um dos produtores e também integrante do colegiado territorial, o entrevistado B3, afirmou que a importância da 3ª Feira do Leite esta na:

visão política do estado, esse caminhão por exemplo, veio, na outra feira do leite, começamos falar dele na outra feira do leite. E como até ali, tem o espaço pra você falar, e trocar idéia, produtor encontra política, o poder público ta ali. Você fala: lá nos estamos assim, assim... o que que precisa mais? Precisa de um caminhão, precisa de um trator.. Então é muito importante (Entrevista em 27/03/2012 – Eldorado – MS).

Para o produtor acima, o governo passou a oferecer políticas voltadas para suprir necessidades do campo. O caminhão em questão é uma conquista da Associação da qual o entrevistado B3 faz parte, a Associação dos Produtores de Leite do Assentamento Auxiliadora. O benefício apontado acima, refere-se a compreensão de que esse tipo de ação política permitem contatos e também a manifestação frente às necessidades existentes e saber da possibilidade de solicitar ações (passar a conhecer os tramites) que solucionem os problemas dos produtores de leite. É a idéia de oportunidade.

2 – O TERRITÓRIO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Para a reflexão da territorialidade da 3ª Feira do Leite, é de suma importância abordar conceitos de território. Os argumentos de Claude Raffestin (1993, pág. 143) sobre território são fundamentais para o conhecimento do assunto. Para o autor “o espaço é anterior ao território”. Para ocorrer o território é necessário um espaço. A partir da produção de espaços surgem os mecanismos de formação do território.

A produção como interação homem-natureza dá sentido ao espaço, inicia-se um processo espaço-temporal que possibilita um sentido social ao espaço. A produção para Milton Santos (2008) esta intimamente ligada à produção do espaço, ou seja, sempre que um produto for produzido, o espaço onde ocorre a transformação de uma matéria no produto, ocorre também uma alteração do espaço que envolve a tal ação. Nesta perspectiva o espaço esta sempre em alteração quando há produção e, por consequência, da produção do espaço surge o território.

A interligação entre produção do espaço e território é explicada por Raffestin (1993):

o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, pág. 144).

Analisando a reflexão de Raffestin (1993), pode-se considerar que o território é fruto de uma produção do espaço que ao se inscrever em um campo de poder é sujeito a diversas ações/alterações que podem orientar e determinar o território. Poderá haver influencias do poder interno e externo.

No caso do poder interno, todos os envolvidos na área geográfica contribuiriam para orientar as territorialidades desejadas⁸. Por outro lado, há o poder externo, que para esta análise que se concentra no Programa Territórios da Cidadania é o poder do Estado, que define, delimita e executa medidas que viabilize a estratégia de criação de territórios com a finalidade de promover desenvolvimento.

A produção do espaço esta ligada a variadas ações que dão resultado no território. Nas palavras de Milton Santos (2006):

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, pág. 14).

O território neste sentido esta para além da delimitação e da natureza do espaço geográfico. As territorialidades são dadas também pela identificação através do uso do lugar, da cultura desenvolvida através do tempo no local, do trabalho das pessoas que fazem através das suas ações o espaço geográfico tornar-se território. O território é construído de ações práticas e subjetivas que determinam a compreensão de um sentimento que não é apenas espaço e também não é somente memórias e identidades.

Os territórios estão em constante construção consciente ou não. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2008, pág. 81) afirma que:

o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado com o grande gestor. (...) Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

De acordo a afirmação de Souza (2008) entende-se que o território pode ser direcionado conforme o modelo de territorialidade que se deseja para um determinado espaço/tempo. Assim, pode ser utilizado também como meio para a construção do desenvolvimento. “Território e desenvolvimento têm estado, especialmente em um país como o Brasil, em relação de proximidade e mesmo simbiose dentro da matriz comum de valores conservadora” (SOUZA, 2008, pág. 100). A matriz conservadora prioriza no território o

⁸ As gestões participativas nas quais a sociedade civil participa das decisões seria um exemplo do poder interno. A exemplo do Programa Territórios da Cidadania, cada território possui um colegiado composto por participantes da sociedade civil, integrantes do poder público e entidades parceiras.

desenvolvimento econômico, ofuscando geralmente a necessidade de desenvolvimento social. Nas palavras de Souza (2008, pág. 100 e 101) deve ser considerado para o território uma: “formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e que não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica”.

Apesar dos conceitos de território apresentados serem satisfatórios para entender o funcionamento de uma ação que tem por objetivo “territorializar” um espaço geográfico para que desponte o desenvolvimento, ainda não são capazes de explicar o território da atualidade. Para compreender a dinâmica territorial, Rogério Haesbaert (2006) explica que:

“antes de preocuparmo-nos em definir seus limites em termos de área dotada de certa homogeneidade, devemos considerar os múltiplos fluxos e conexões que o atravessam e que fazem dele, antes que uma área relativamente homogênea, a combinação específica de um conjunto de redes, entre-cruzando de forma própria essas múltiplas propriedades” (HAESBAERT, 2006, pág. 122).

A compreensão de território é algo bem mais complexo do que a simples delimitação da área geografia. Segundo o exposto, é preciso considerar os pontos de ligação deste território, ou seja, os fluxos que completam um ao outro formando um “conjunto de redes”. Através das redes o território poderia influenciar e ser influenciado inclusive por ações de áreas geográficas que estão fora da delimitação oficial.

O planejamento e execução de um ordenamento territorial⁹ deve ser levado em consideração o complexo sistema de ações e fluxos que formam o território. Para Haesbaert (2006) a idéia de ordenamento e reordenamento territorial é complexa, pois o território esta em constante desordem, um fator positivo, significando que o território esta em permanente construção. Esta “desordem” é produtiva, criativa, seria um constante “devir”. Assim, é mais compreensivo que aconteça um constante reordenamento. Nas palavras de Haesbaert (2006, pág. 122): “a idéia de um espaço dinâmico, em rede, e que nunca será simplesmente “reordenado”, pois convive o tempo inteiro com a “desordem” que, como fonte de transformação, não pode ser vista apenas de forma negativa”.

Haesbaert (2006) defende que uma das prioridades do “ordenamento territorial” deve ser:

o combate ao aumento das desigualdades e da exclusão sócio-espacial deve ser o ponto primordial a ser considerado. Sempre cientes de que as desigualdades espaciais não são um fenômeno que pode ficar restrito – ou mesmo ser priorizado – em termos de uma escala específica, como a escala “regional”. Atacar as desigualdades sócio-espaciais, por um novo ordenamento territorial, significa atacá-las em seus múltiplos níveis, a começar pelo intra-

⁹ Ordenamento territorial é uma expressão muito utilizada pelos órgãos de governo para fazerem referência à política territorial, a exemplo o Programa Territórios da Cidadania.

urbano, especialmente no caso das grandes metrópoles nacionais, passando depois pelo meso-regional e chegando até o macro-regional, onde está incluída, de forma mais ou menos implícita, a própria relação nacional-global. (HAESBAERT, 2006, pág. 122)

“Um “reordenamento territorial” integrado, é necessariamente multiescalar e multiterritorial, no sentido da combinação não simplesmente dos espaços político, econômico, cultural e “natural”, mas das múltiplas escalas e formas espaciais (incluindo os territórios-rede) em que eles se manifestam” (HAESBAERT, 2006, pág. 123).

O Programa Territórios da Cidadania baseia-se no conceito geográfico de território para pensar as ações nos territórios estipulados. Assim, a 3ª Feira do Leite utiliza este mesmo direcionamento para ampliar e dinamizar a cadeia produtiva leiteira no Território Cone Sul (MS).

3 – ALGUMAS AÇÕES DA 3ª FEIRA DO LEITE

Durante a Feira do Leite uma das ações foi o curso de fabricação caseira de produtos derivados do leite (queijos e iogurte) para os produtores (atores) da agricultura familiar e demais cidadãos que se interessassem em fazê-lo. O curso (Foto 02), aconteceu no próprio salão principal do evento e foi ministrado por funcionárias (técnicas) da AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

Um dos participantes, o entrevistado A1, comentou sobre a importância do curso para ele:

O curso foi muito importante. Porque um curso desse, pra você fazer particular é difícil. (...) Tem que aproveitar um evento desse aí, a oportunidade, até por deslocamento, o pessoal da Agraer vai buscar a gente, e leva depois. E tentar aproveitar o máximo que a gente puder aprender para tentar repassar e agregar valor dos produtos que temos aqui em cima do leite.

É clara a importância do curso para agregar valor a produção leiteira na visão do produtor. Outro ponto que se observa é o o engajamento da AGRAER em promover um curso que atingisse os agricultores familiares estabelecidos em assentamentos da região. Ainda, o entrevistado A1, ao ser questionado como ele pretendia lucrar fazendo queijos na sua propriedade, relatou que:

a gente tem muitos amigos que vão visitar o sítio, às vezes, sempre querem comprar as coisas, “Ah, você não faz requeijão? Você não faz mussarela? Ah só entrego leite.” E às vezes as pessoas vão comprar peixe, tipo assim lá, mexo com peixe, as vezes, o cara vai lá para comprar o peixe e você tem o queijo e requeijão, aí você já vai agregar alguma coisa a mais.

Para A1 o principal benefício do curso é agregar valor ao leite através da fabricação de queijos, requeijão e iogurte caseiros. A perspectiva é de beneficiar-se de uma comercialização familiar, ampliar a renda ao oferecer produtos caseiros às pessoas que já visitam o sítio em busca do pescado. Criando uma condição de agregação de renda. É o que está posto como objetivo também pelo Programa e que A1 parece bem integrado.

FOTO 02: Curso de fabricação de derivados



deleite

Fonte: Gilson Carlos Visú (2011).

Ainda, sobre o curso o entrevistado B2, informou:

o que nós passamos aqui é um processamento caseiro, para o produtor já ir trabalhando para o seu consumo. (...) o produtor não pode vender (queijos) em supermercados com este curto, mas se o produtor tiver o interesse de fazer comercializar, nós da AGRAER capacitamos ele numa agroindústria, quando surge o interesse do produtor, aquele produtor que faz este curso e começa a vender o seu produto, nós o procuramos e já orientamos ele para uma pequena agroindústria. (...) eu vejo como um fechamento de suma importância para feira do leite. Porque tem todo processo desde alimentação do gado, tirando o leite (o sujeito C refere-se aos cursos ministrados por empresas que abordou estes assuntos) com o outro curso e o fechamento com este curso.

A idéia do curso de processamento do leite é dar condições às famílias produzirem derivados de leite para o consumo e até para vender na informalidade. A quantia de leite que não vai para os laticínios pode ser processada em produtos de maior valor agregado. Pela

informação do entrevistado B2, percebe-se que é possível, caso o produtor que faz o curso demonstrar interesse, uma orientação para a atividade comercial/industrial da fabricação de derivados do leite. A iniciativa de ofertar referido curso, sem dúvidas é relevante para a dinamização da cadeia produtiva do leite e possibilita a agregação de valores a produção, provendo mais uma alternativa para que os trabalhadores do campo possam ter condições de viver da produção do seu sítio.

Outro entrevistado (A2) ao ser questionado sobre a importância da feira, ele respondeu dizendo que:

Pra nós é uma grande importância eu aprender isso daí, por causa que amanhã é pra gente dividir a despesa da casa né. Por que lá a gente não tá parado porque têm bastante serviço, mas ganho não têm nenhum. Plantar uma abóbora, um quiabo e vender na rua, é o que a gente tá fazendo um dinheirinho (Entrevistado A2).

O entrevistado (A2) manifesta-se da mesma forma sobre a "grande importância" do curso. É um assenado, que não tem gado em sua propriedade, que conseguiu via reforma agrária. Segundo ele receberam um auxílio quando a família mudou-se para o sítio, mas depois não houve mais recursos para investimentos. Mesmo assim procura valorizar a feira e o curso como possibilidades de aprender a fazer outras coisas para geração de mais renda para a família.

Outra ação da feira foi o salão de exposição de produtos produzidos pela agricultura familiar no Território Cone Sul. Havia um espaço reservado para cada um dos oito municípios exporem suas produções. Os expositores na maioria eram participantes de associações e cooperativas. Entre os produtos expostos estavam: artesanatos, doces, ervas medicinais, flores e melancia. A exposição dos produtos foi relevante para o intercâmbio de ideias entre os produtores e os visitantes do evento.

Houve também uma competição de ordenha, mais a título de integração social, na qual alguns produtores do Território Cone Sul participaram. Ainda houve outra competição de gado, na qual exemplares de bovinos foram expostos e julgados segundo as suas condições físicas. Esta competição visava incentivar as boas práticas de criação de gado leiteiro.

Considerações para terminar

A observação dos desdobramentos da 3ª Feira do Leite de Iguatemi (MS) como proposta de uma feira territorial mostrou-se relevante para atender pequenos produtores ligados a agricultura familiar que dependem de ações para dinamizar suas atividades no campo. Por outro lado, mesmo havendo representantes de todos os municípios, a feira não

abrange totalmente os oito municípios do território da cidadania. É bem visível que a participação mais efetiva são dos produtores mais próximos ao município de Iguatemi (MS).

Um aspecto positivo da feira é o incentivo a cadeia produtiva do leite, mesmo que seja uma escolha do Governo Federal e não uma opção dos produtores locais, o local que se propõe dinamizar tal cadeia produtiva é favorável a tal atividade porque condiz com o modelo de ocupação do espaço do Território Cone Sul, que conta com vários assentamentos viabilizados por programas de reforma agrária.

Outro ponto positivo da feira é a possibilidades oferecida aos produtores de se organizarem e reivindicarem meios de produção aos órgãos de fomento de políticas.

A exemplo, um caminhão tanque de leite e os resfriadores de leite que foram entregues pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário às associações e cooperativas dos produtores de leite, localizadas nas proximidades do município de Iguatemi.

Para finalizar pode-se dizer que houve a intenção de realizar uma feira territorial pelas ações de: exposições dos produtos da agricultura familiar de vários municípios e o curso de fabricação de produtos derivados de leite que são voltados para o pequeno produtor, mas mesmo assim em relação a área do Território Cone Sul (MS) não se pode afirmar que é uma feira de dimensão territorial. A feira é de suma importância para a consolidação da cadeia produtiva leiteira em algumas áreas do território, mas não consegue entrelaçar as ações ocorridas no território com êxito. As demonstrações das experiências territoriais são recortes de ações de cada município levadas até a feira para representar o território, mas não compreende a expressão do que é ou poderia ser o pretense Território Cone Sul (MS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território da Cidadania Cone Sul**. Mato Grosso do Sul, 2011, 89 pág.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P.. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro, OPPA/CPDA/UFRRJ-IIICA, dezembro, 2007, 72 p.

HAESBAERT, R. **Ordenamento territorial**. IN: Boletim Goiano de Geografia. V. 26, n. 1, jan./jun. 2006

POLETO, Emílio Rafael. **O desenvolvimento territorial e a promoção dos arranjos produtivos locais (APLs): uma aproximação geográfica.** IN: Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, p. 58-83, jan. 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993 .

SANTOS, M. **O dinheiro e o território.** IN: SANTOS, M.; BECKER, B. K.. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP& A editora, 2006.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pág. 77 a 116.